

# A CENTELHA

JORNAL DO SOCIALISMO REVOLUCIONÁRIO

# SALÁRIO MÍNIMO 900€

CONTRATAÇÃO COLECTIVA • 35H PARA TODOS

A LUTA DOS PROFESSORES

P4

O DESMANTELAMENTO DOS TRANSPORTES

P5

8 DE MARÇO: BALANÇO E PERSPECTIVAS

P10

A REVOLUÇÃO PORTUGUESA

O Socialismo era Agora P6



## O QUE DEFENDEMOS

### Os interesses da classe trabalhadora!

- O monopólio estatal do comércio externo e a nacionalização, sob controlo democrático de organizações de trabalhadores, de toda a banca e sectores chave da economia, assim como das cem maiores empresas nacionais.
- A suspensão imediata do pagamento da dívida pública, apenas com a compensação de pequenos investidores e com base em necessidade comprovada.
- O aumento do Salário Mínimo Nacional para 900€ como um passo rumo a um salário digno.
- Subsídios de desemprego, pensões e reformas ao nível do SMN.
- Acabar com todas as formas de trabalho precário. Fim dos recibos verdes e contratação colectiva em todos os locais de trabalho com 10 ou mais trabalhadores.
- Um plano nacional de pleno emprego que vise distribuir equitativamente o trabalho por toda a população capaz de trabalhar, reduzindo a jornada laboral sem perdas salariais.
- Um plano nacional de habitação que exproprie toda a propriedade abandonada e vise distribuir equitativamente as habitações por toda a população, com ren-

das que sirvam apenas para a manutenção das infra-estruturas e estejam sob o controlo democrático de comissões de moradores.

- Nenhum corte nos serviços sociais! Orçamentos adequados às necessidades da população suportados pelo aumento dos impostos sobre o grande capital.
- O acesso à educação, à cultura, à saúde, e ao desporto como direitos básicos, portanto totalmente gratuitos.
- A nacionalização de todas as empresas de saúde, de todas as instituições de ensino e de toda a rede de transportes públicos sob controlo democrático de organizações de trabalhadores e utentes.
- O fim dos exames nacionais para efeitos de conclusão do ensino secundário e de ingresso no ensino superior. Um modelo de ensino e condições laborais dignas em todas as escolas, universidades e politécnicos, que garantam um acompanhamento educativo adaptado às necessidades e percurso de cada estudante.
- O funcionamento democrático dos sindicatos, com eleição regular de todos os dirigentes sindicais, mandatos revogáveis e remuneração dos sindicalistas a tempo-inteiro equivalente ao salário médio dos trabalhadores representados.

### Uma economia ecológica!

- A nacionalização, sob gestão democrática dos trabalhadores, de toda a produção de energia.
- A substituição dos postos de trabalho nas empresas poluentes por postos de trabalho ecológicos.
- O investimento público para uma transição de combustíveis fósseis para energias renováveis no menor espaço de tempo possível.

### O combate a todas as formas de opressão!

- Direito à nacionalidade portuguesa a todos os imigrantes! Os mesmos direitos sociais e políticos para todos os trabalhadores.
- O fim da desigualdade salarial entre os géneros. Salário igual por trabalho igual!
- Educação sexual não discriminatória nas escolas a partir do ensino primário.
- A integração nos programas escolares do estudo da luta contra o racismo, a xenofobia, o machismo, a LGBTfobia, a discriminação de pessoas com deficiência e todas as restantes formas de opressão.
- A completa legalização do aborto como um serviço de saúde igual a qualquer outro e o acesso

gratuito a todos os métodos de contracepção disponíveis.

- Doze semanas de licença parental paga para a mãe, para o pai ou para o casal.
- Criação de uma rede pública, de qualidade e gratuita de creches, jardins de infância, cantinas e lavandarias.
- Nacionalização de toda a rede de creches existente, sob controlo democrático dos trabalhadores, encarregados de educação e famílias, e construção de infraestruturas de qualidade adaptadas às necessidades da população.

### O socialismo e o internacionalismo!

- O planeamento democrático da economia, através da organização de conselhos de trabalhadores, para responder às necessidades de toda a população e proteger o ambiente.
- A solidariedade com as lutas dos trabalhadores e povos oprimidos de todo o mundo. Um ataque contra um de nós é um ataque contra todos nós!
- Que no lugar da União Europeia do capital seja construída a união dos países da Europa e do mundo numa confederação socialista que garanta o direito à autodeterminação de todas as nações.

EDITORIAL

# O MÍNIMO PARA SAIR DA POBREZA

Recorrendo a palavras da direcção da CGTP-IN, devemos começar por dizer que “Tendo o SMN sido implementado em 1974, caso evoluísse até hoje, de acordo com a inflação e produtividade verificada, o seu valor corresponderia a 1.267€, em 2018”.

## “SE 600€ NÃO ULTRAPASSAM NEM ACOMPANHAM A SUBIDA NOS CUSTOS DA EDUCAÇÃO, DA SAÚDE, DA HABITAÇÃO E DA ALIMENTAÇÃO, O QUE TEMOS É UMA DESCIDA.”

Actualmente, o salário mínimo nacional (SMN) é 580€, após a subida de 23€ em Janeiro. Isto é menos de metade do que deveria ser para corresponder ao de 1974, mas o governo apresenta o objectivo de 600€ como uma grandiosa promessa. Já as direcções do PCP e do BE esperam que aceitemos sair da pobreza de 505€ para chegar à pobreza de 600€, um degrau por ano, e não levantam nenhuma reivindicação para lá da pobreza.

Estes “aumentos” tão somente abrandam a descida do salário real — i.e., o salário entendido como aquilo que de facto podemos adquirir. Porque se 600€ não ultrapassam nem acompanham a subida nos custos da educação, da saúde, da habitação e da alimentação, o que temos é uma descida. E isto com um número crescente de trabalhadores

manobras na defesa do PS são inumeráveis. A permanência de todas as medidas centrais do governo PSD-CDS, a manutenção da precariedade e dos falsos recibos verdes, os avanços na privatização do ensino superior e da saúde, a degradação da rede de transportes

e as preparações para a sua completa privatização, a crise de habitação nos grandes centros urbanos e o aumento dos despejos de famílias pobres, os resgates à banca privada, as aprovações de orçamentos do Estado que esmagam os serviços sociais, tudo tem sido feito com as direcções do BE e do PCP a garantir a paz social. Não houve nem a mais ténue tentativa de agitação dos trabalhadores na construção de uma luta unificada e capaz de forçar o PS a escolher entre de facto pôr fim à austeridade ou deixar cair a máscara progressista.

Contudo, como dissemos repetidamente, escudar o PS não é possível para sempre, e tem consequências pesadas. Na mesma medida em que protegem o governo, os oportunistas desgastam a confiança da classe trabalhadora nas

zados sentem a possibilidade de vitórias de facto substanciais, impacientam-se. É isto que explica o aumento de greves em 2018, que não mostra sinais de abrandamento.

### Uma reivindicação para a luta

Em conjunturas explosivas como a que lenta mas seguramente toma forma em Portugal, palavras de ordem que apresentem à classe trabalhadora uma solução para os seus problemas imediatos e se liguem ao estado actual da sua consciência — que em muito ultrapassa os programas do PCP e BE — podem ter um impacto profundo no movimento operário. Isto, no entanto, só é possível com uma força de esquerda combativa e de dimensão suficiente para fazer ouvir essas palavras de ordem apesar do ruído dos oportunistas. O Socialismo Revolucionário não tem qualquer ilusão de ser capaz de cumprir este papel. Há anos que apelamos a uma frente unida de partidos da esquerda, sindicatos e movimentos sociais. Os esforços para nos constituirmos como tendência interna do BE, dando assim um primeiro passo nesse sentido, são por demais conhecidos.

Defendemos a unidade de todos aqueles que, como nós, entendem a necessidade de lutar com os métodos que realmente funcionam — e uma vez mais frisamos que nenhuma negociação no parlamento, nas assembleias municipais ou em qualquer outro órgão da democracia burguesa tem qualquer relevância se não for o reflexo da organização nos locais de trabalho e de estudo, de uma ameaça séria de paralisação e ataque aos lucros dos capitalistas.

A reorganização da esquerda numa frente unida é uma tarefa colossal, mas é a única via para uma saída vitoriosa da situação actual. Se as direcções burocráticas se mantêm como principal obstáculo a esta tarefa, então a frente unida terá de ser construída

a partir das bases de todas as organizações de trabalhadores e da esquerda, e todos os militantes que lutam por ela precisam de forjar um programa que de facto mobilize a nossa classe para a luta.

Ao insistir nos 600€, as actuais direcções da esquerda sabem muito bem que desmoralizam e desmobilizam os sectores mais combativos da classe trabalhadora. Ninguém se ergue para lutar por um salário de pobreza, e estas direcções não exigem nem mesmo o mínimo para sair da pobreza! É por isto que a base de um programa de unidade da esquerda só pode ser, no momento actual, uma reivindicação que ultrapasse e, por isso, pressione as direcções buro-

## “A BASE DE UM PROGRAMA DE UNIDADE DA ESQUERDA SÓ PODE SER O SMN DE 900€.”

cráticas: o SMN de 900€ — a par de reivindicações como a jornada de 35 horas semanais para todos e a contratação colectiva. Apelamos a todos os militantes da esquerda para que adoptem estas reivindicações como suas e avancem na construção da unidade da esquerda onde ela pode desde já ser realizada, ou seja, em todas as lutas nos seus bairros, nos seus locais de trabalho, escolas e universidades. ✪

### Subida imediata do Salário Mínimo para 900€!

### 35 horas para todos os trabalhadores do sector público e privado!

### Fim da precariedade e dos falsos recibos verdes!

### Contratação colectiva em todos os locais de trabalho com mais de 10 trabalhadores!

## APOIA O SOCIALISMO REVOLUCIONÁRIO!

Décadas de luta contra o capitalismo ensinaram-nos a necessidade de finanças fortes numa organização que luta pelos interesses dos explorados e, em última instância, para acabar com a exploração. As nossas tarefas, as campanhas e intervenções junto dos jovens e trabalhadores, exigem dinheiro. Mas para manter a liberdade de crítica e acção, não podemos depender de financiamento do Estado ou de empresas. Uma organização revolucionária tem de depender unicamente da classe trabalhadora!

Deixamos por isso um apelo para: se concordas com o que defendemos, faz um donativo.

**IBAN: PT50 0035 0041 00008179 330 96**

socialismohoje.wordpress.com

socialismo.revolucionario.cit@gmail.com

/socialismorevolucionariocit



# A LUTA DOS PROFESSORES A SOLIDARIEDADE DE CLASSE É O ÚNICO CAMINHO!

Luís Moreira

No passado mês de Março realizou-se uma greve nacional de professores e educadores. Esta greve foi convocada por 10 sindicatos de docentes, incluindo a FENPROF e a FNE — os dois maiores sindicatos de professores em Portugal —, respectivamente afetos à CGTP e à UGT. As organizações sindicais que apoiaram a greve foram a ASPL, a FENPROF, a FNE, a PRÓ-ORDEM, o SEPLEU, o SINAPE, o SINDEP, o SIPE, o SI-PPEB e o SPLIU.

## As reivindicações

Esta greve concentrou as suas reivindicações em torno de três questões: as carreiras docentes, os horários de trabalho e a aposentação.

Relativamente à carreira docente, os professores exigem que todo o tempo de serviço prestado conte para a progressão na carreira. Os professores perderam, só com os congelamentos do tempo de serviço, 9 anos, 4 meses e 2 dias; o governo admite recuperar 2 anos e 10 meses. Ou seja, a proposta apresentada pelo governo pretende apagar 6 anos e 6 meses de trabalho (78 meses). Tal como outros funcionários públicos, os professores tiveram o seu vencimento congelado, e o governo agora quer apagar 78 meses de trabalho para efeitos de progressão na carreira. Os professores dizem “Não ao apagão!”. A proposta das organizações sindicais é todo este tempo de serviço ser reconhecido gradualmente ao longo dos próximos 5 anos — entre 2019 e 2023. Mas nem isto o governo aceita.

Em relação aos horários, é necessário compreender, antes de mais, como funcionam. O horário de um professor divide-se em componente lectiva e componente não lectiva. A componente lectiva engloba as aulas e a não lectiva divide-se em componente indi-

vidual, preparação de aulas, realização e correcção de testes, e toda a componente de estabelecimento (o restante trabalho realizado no estabelecimento de ensino). Nos últimos anos, existe uma prática generalizada de colocar aulas de apoio em grupo como sendo componente não lectiva e de estabelecimento nos horários dos professores. Os professores defendem que estas aulas devem ser consideradas componente lectiva. Ora, analisando o Estatuto da Carreira Docente, como “componente não lectiva de estabelecimento”, o mais aproximado de aulas de apoio que se encontra é “o apoio individual a alunos com dificuldades de aprendizagem”. Claramente, estes apoios em grupo não correspondem a esta descrição. Também as reuniões e formações devem fazer parte do horário docente, e as reduções lectivas que são concedidas devem reverter para a componente de trabalho individual.

Finalmente, no que concerne à aposentação, os professores exigem um regime

específico. Este é um grupo profissional envelhecido. Segundo a Direção-Geral de Estatística da Educação e da Ciência, somente 0,4% dos professores do 1º ciclo até ao secundário tinham menos de 30 anos, mas mais de 75% tem acima de 40 anos, e mais de 40% tem 50 ou mais anos de idade. É necessária uma aposentação específica, com menos anos de serviço, para permitir a entrada de professores mais jovens.

## A unidade de acção é necessária

Esta greve teve duas particularidades: foi convocada para 4 dias — de 13 a 16 de Março —, e foi feita por regiões. Desta forma, um professor no Porto realizou greve num dia diferente de outro em Faro. Também não foi convocada qualquer manifestação conjunta. Parece-nos que estas estratégias não contribuem para a unidade dos professores e diminuem o impacto da greve. Apesar disto, a adesão dos professores a nível nacional foi superior a 70%.

De momento também os funcionários não docentes estão em luta por melhores condições laborais, mas nenhuma acção conjunta está planeada. Para conseguir vitórias significativas, no entanto, é necessária a solidariedade entre todos os trabalhadores das escolas nacionais.

Os professores nas escolas estão motivados e conscientes da justeza desta luta, e mostraram com a adesão que estão preparados para agir. Se o governo não recuou e continua sem responder às exigências dos professores, é preciso levar a luta mais longe. Os professores querem continuar a lutar, e a pressão que exercem sobre as suas direcções sindicais já produziu efeitos: foi marcada uma Manifestação Nacional de Professores e Educadores para dia 19 de Maio, em Lisboa.

O Socialismo Revolucionário estará presente. Estamos solidários com todos os trabalhadores da educação na luta e apelamos às direcções sindicais para que organizem uma grande greve de todo o sector da Educação que exija um sistema educativo de qualidade, gratuito e democrático! ✪



Protesto de professores à frente da Assembleia da República, 14 de Março de 2018. Fonte: LUSA

NACIONAL



Metro de Lisboa, estação do Campo Grande. Fonte: Joana Bourgard/RR

## O GOVERNO PS CONTINUA O DESMANTELAMENTO DOS TRANSPORTES

Luís Sombreiro

Nos últimos meses tem havido um aumento na intensidade e no número de acções de luta no sector dos transportes. Um exemplo é o dos trabalhadores dos Comboios de Portugal (CP). A CP tem sido um dos serviços públicos desmantelados e divididos como parte da estratégia neoliberal, quase tendo sido privatizado pelo anterior governo PSD-CDS. Os trabalhadores, que não vêem os seus salários aumentados desde 2009, querem o fim destes ataques, o aumento dos rendimentos, a reposição das carreiras e a revisão da contratação colectiva. O actual governo, através da mudança da administração em meados de 2017, usou parte do Orçamento do Estado (OE) para adquirir novos comboios e para uma revisão das carreiras, mas com aumentos salariais insuficientes e sem consultar os sindicatos. Isto levou à marcação de uma greve em Fevereiro de 2018, convocada por vários sindicatos do sector (SNTSF/FECTTRANS, SFRCI, SINFA e ASSIFECO). A nova administração da CP, vendo a greve e um novo ciclo de lutas como um risco muito alto, que arruinaria a previsão de aumentos de receitas em 2018, acordou um aumento não inferior a 25 euros para todos os trabalhadores, e a greve de Fevereiro foi desconvocada. Apesar de ficar aquém de todas as reivindicações dos

trabalhadores da CP, este torcer de braço da administração da CP para um maior aumento salarial teve efeitos no clima de luta em crescimento — um aumento de salários só é possível através da luta, de uma real ameaça de greve.

Outra grande parte das lutas actuais tem-se dado à volta da privatização da Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário (EMEF), que faz a manutenção das carruagens da CP, do metro do Porto e da Medway — maior operadora

## “A HISTÓRIA DA DEGRADAÇÃO DOS TRANSPORTES É A HISTÓRIA DE FACILITAR O LUCRO DE PRIVADOS.”

ferroviária de mercadorias de Portugal, privatizada em 2016, durante o actual governo PS. A EMEF, originalmente também parte integrante da CP, foi separada da CP para ser privatizada. As propostas do anterior governo do PSD para esta privatização não avançaram, apesar da separação, mas quatro anos depois, o governo PS está a voltar à carga, com a divisão da EMEF em três empresas diferentes, com o claro objectivo de as privatizar. Em todo este processo aumenta a exploração dos trabalhadores, com uma política de salários baixos, baixa contratação e contratos precários. O desmantelamento deste serviço começa até a afectar o funcionamento do metro do Porto, pois há o perigo de não existirem carruagens

suficientes em funcionamento.

Em resposta, nos últimos meses, os trabalhadores da EMEF, através do Sindicato Nacional dos Trabalhadores Ferroviários (SNTF), afecto à CGTP, fizeram uma greve em Fevereiro, uma semana de protestos em Março e planearam uma greve parcial para o final de Abril, além de uma possível paralisação total no início de Maio, exigindo aumentos de salários — pelo menos o conseguido pelos trabalhadores da CP — e que a EMEF não seja dividida e privatizada.

Para além das operadoras de transporte e manutenção, grande parte da rede de infraestruturas é gerida pela Infraestruturas de Portugal (IP), originada de uma fusão em 2015 entre a EP (Estradas

de Portugal) e a REFER (Rede Ferroviária Nacional) ainda durante o governo PSD-CDS. O objetivo da fusão era agregar os serviços mais rentáveis das duas componentes, incluindo linhas rentáveis pertencendo à CP, e assim rotular esta nova IP como um serviço com receita positiva, para um leilão ao privado. Apesar do lucro, os trabalhadores não têm aumentos de salários desde 2009, e em resposta têm também feito greve nos últimos meses.

Em Lisboa, o metro e a Carris (serviço de autocarros e eléctricos, público desde as nacionalizações da Revolução Portuguesa) têm tido enormes perturbações no serviço e os seus trabalhadores também sofrem de baixos salários, apesar da posse da Carris pela Câmara

Municipal de Lisboa (CML). Com os fundos da CML, na Carris foram contratados mais trabalhadores e há a promessa de uma maior frota através de fundos comunitários. Mas este pode ser um primeiro passo para a privatização ou um aumento dos preços, enquanto se mantêm os baixos salários.

O meio caminho andado para a privatização no sector dos transportes é ainda alimentado pela estratégia do governo de criar e manter parcerias público-privadas (PPPs). Cerca de 65% das PPPs são no sector rodoviário, incluindo a ponte Vasco da Gama, diversas estradas chamadas SCUT (“Sem Custos para o Utilizador”) mas que actualmente têm custos, a Fertagus no sector ferroviário e várias outras subconcessões rodoviárias. O governo PS continua esta estratégia neoliberal e no último OE estima pagar no total 1.668 milhões de euros para PPPs, sendo 1.179 milhões do sector rodoviário e ferroviário.

A história da degradação dos transportes é a história de facilitar o lucro de privados. É necessário romper com esta lógica e exigir um orçamento adequado para assegurar um serviço de transportes de qualidade. Para isso, é indispensável a união de sindicatos de vários sectores e partidos de esquerda numa frente unida contra a burguesia e os seus partidos. Para existir uma gestão para serviços de qualidade há-que reverter as privatizações e as PPPs dos serviços públicos de transporte com uma nacionalização real, ou seja, sob a gestão democrática de organizações de trabalhadores e utentes. ✪



Multidão no Largo do Carmo, 27 de Abril 1974. Foto: O Século Ilustrado/Arquivo Privado

# A REVOLUÇÃO PORTUGUESA O SOCIALISMO ERA AGORA

Gonçalo Romeiro

**A** Revolução Portuguesa foi a mais importante revolução na Europa do pós-guerra. Mas as últimas décadas foram de amnésia induzida no que a esta revolução diz respeito. A burguesia venceu em Novembro de 1975 e, como vencedora, coube-lhe o papel de historiadora. Hoje, o seu sistema mergulhado numa crise ainda sem fim à vista, perde toda a credibilidade aos olhos da classe trabalhadora. As promessas de prosperidade transformaram-se num pesadelo de precariedade, guerra e destruição ambiental. A busca por alternativas à barbárie actual cresce e o socialismo volta a colocar-se, perante uma nova geração de trabalhadores, como uma solução possível.

A nova geração precisa recuperar a memória da Revolução. No biénio de 1974-75, tal como hoje, o socialismo não foi apenas uma promessa de prosperidade e igualdade, foi uma necessidade imediata, uma resposta concreta aos problemas do capitalismo.

## O capitalismo português num beco sem saída

Quando, às primeiras horas do dia 25 de Abril de 1974, uma massa de gente inunda as ruas um pouco por todo o país, para saudar os militares que apontavam os seus tanques

ao ditador entrincheirado no Largo do Carmo, a economia portuguesa estava dominada pelas sete grandes famílias. Apesar de ser, em vários aspectos, um país extremamente atrasado, Portugal encontrava-se na fase superior do capitalismo — o imperialismo —, onde a economia é dominada por monopólios, o capital industrial e o capital bancário se fundem, dando origem ao capital financeiro com o seu carácter parasitário e especulativo. Esse domínio expressava-se, no Portugal de 1971, pelo controlo dos sete maiores bancos sobre 83% de todos os depósitos e carteiras comerciais, e de 0,4% das sociedades sobre 53% do capital total. Sabemos também que, em 1972, 16,5% das empresas eram responsáveis por 73% de toda a produção industrial no país. Só o grupo Companhia União Fabril (CUF), o maior do país, detinha mais de 100 empresas em todos os sectores de actividade.

No entanto, a protecção de determinados grupos económicos, levada a cabo pelo Estado através da regulação da actividade produtiva e da concorrência tornou-se, sobretudo a partir da década de 1960, um entrave à livre expansão dos monopólios, pois ajudava a manter um conjunto de pequenas empresas sem viabilidade. O desejo do Estado de favorecer os grandes grupos económicos chocava com o medo de perder a sua base so-

cial de apoio na pequena-burguesia e mesmo num estrato médio da burguesia.

Também a estratégia de autonomia económica seguida até então pela burguesia portuguesa se tornava um estorvo. O desenvolvimento do capitalismo ligava cada vez mais a economia nacional ao mercado mundial. O sector que se beneficiava dos obstáculos ao investimento externo, temeroso da concorrência pelo mercado nacional, chocava de frente com o sector que estava interessado em ligar-se ao capital estrangeiro. Entre 1970 e 1973, o investimento estrangeiro passou de 826.000 milhões de escudos para 2.726.000 milhões. O Capital precisa sempre de se expandir, e ao esbarrar nos limites do mercado nacional e colonial que se encontravam estagnados ou em recuo, viu nos mercados dos países avançados da Europa a única via para continuar seu processo de acumulação. Seria isto a ditar o fim humilhante da política salazarista do “orgulhosamente sós”, com a entrada de Portugal na EFTA<sup>1</sup>.

Para compreender a magnitude desta contradição é necessário olhar, agora, para a questão colonial. O sector mais reaccionário da burguesia sonhava com a eternização do domínio colonial, mas a ala liberal via nitidamente o irrealismo desses sonhos no elevado custo da guerra, que não

tinha fim à vista. Em 1973 a guerra colonial consumia mais de 40% do Orçamento do Estado, tornando-se um entrave titânico à acumulação de capital e ao investimento. Ainda assim, mesmo a ala liberal era incapaz de conceber a independência “pura e simples” das colónias. Isso significava a perda dos mercados coloniais e, sobretudo, a transformação das revoluções africanas na centelha de uma revolução em Portugal. Esta ala optava assim por uma via neocolonial que salvaguardasse os seus interesses. Esta contradição enfraquecia e paralisava a burguesia portuguesa. Os movimentos de libertação africanos, pelo contrário, somavam vitórias e não podiam esperar pela boa vontade dos seus opressores, até porque a ala liberal se distinguiu tanto da conservadora como o neocolonialismo do colonialismo.

Estas semelhanças, de resto, eram igualmente sentidas pela classe trabalhadora em Portugal. Ambas as alas tinham apostado num modelo de desenvolvimento baseado na repressão do movimento operário e nos baixos salários, enriquecendo com a miséria do povo trabalhador. Tinham muito poucos incentivos para investir em máquinas e tecnologia, e por essa razão temiam uma abertura brusca do mercado nacional ao capital estrangeiro, que os colocaria em muito má posição para



Manifestação 1º de Maio em Lisboa, 1974. Foto: Paris Match



Manifestação 1º de Maio na Alameda, Lisboa 1974. Foto: N/A



Manifestação 25 de Abril no Porto, 1983. Foto: Henrique Matos

enfrentar a concorrência das burguesias centrais. Que não se enganem os optimistas: a abertura ao mercado europeu não representava o regresso de Dom Sebastião para o capitalismo português, mas sim um problema sério a médio-longo prazo.

Por fim, a taxa de lucro na indústria estava em queda, reduzindo o interesse em investimentos produtivos. Cada vez mais capital era canalizado para a especulação financeira. Entre 1966 e 1969 o crescimento do investimento produtivo passou de 17,3% para 0,9%. Nos primeiros cinco meses de 1973 as cotações em bolsa aumentaram tanto como nos sete anos anteriores, sendo o valor nominal 32 vezes superior ao seu valor real, fazendo disparar a inflação até aos 19,2%. O capitalismo caminhava a passos largos para a maior crise de sobreprodução do pós-Guerra.

## A classe trabalhadora levanta-se

No início de 1974 o regime tinha já perdido toda a sua base social de apoio. Como dissemos, a burguesia encontrava-se paralisada. A pequena-burguesia proletarizava-se com o avanço da crise económica enquanto também os seus jovens eram enviados para uma guerra perdida em África. A classe trabalhadora, cuja luta já avançava nos últimos anos, não tinha nada a

perder senão as suas correntes. As mobilizações do dia 25 de Abril mostraram o quão isolado se encontrava o regime. Quando os tanques do MFA<sup>2</sup> avançaram sobre o Largo do Carmo, ninguém, à excepção dos pides, veio em sua defesa.

Mas o povo trabalhador não se limitou a aplaudir o golpe do MFA. Com a sua mobilização, não só garantiu o sucesso quase imediato do golpe como avançou muito para além dele.

## “A IDEIA DE QUE ERA POSSÍVEL PASSAR, TRANQUILAMENTE, DE UM REGIME FASCISTA COM 48 ANOS PARA UMA DEMOCRACIA LIBERAL, ERA TÃO FANTASIOSA COMO OS SONHOS IMPERIAIS DA BURGUESIA PORTUGUESA.”

De pouco serviram os sucessivos apelos para que se “mantivessem em casa”. Em poucas horas, o povo trabalhador ultrapassou o programa do MFA, que se limitava a propor um sistema de democracia parlamentar sem tocar no poder económico dos monopólios. A ideia de que era possível passar, tranquilamente, de um regime fascista com 48 anos para uma democracia liberalera tão fantasiosa como os sonhos imperiais da burguesia portuguesa.

Para a classe trabalhadora, liberdade não é o direito a eleger, de quatro em quatro anos, o representante da classe dominante que continuará a or-

ganizar a exploração. Liberdade é o fim da exploração. Agora que a estrutura repressiva do Estado Novo estava em ruínas, agora que a classe trabalhadora sentia os militares do seu lado, era hora de conquistar essa liberdade.

No dia 26 começou a primeira ocupação de casas, uma luta que partia dos bairros de lata nas cinturas industriais de Lisboa, Setúbal e Porto, e que se prolongou e intensificou

ras, o direito ao fim de semana, a férias pagas e ao 13º mês. Exigia-se salário igual por trabalho igual, o direito à habitação, à saúde, à educação. Quando os patrões não acatavam, os trabalhadores tomavam controlo da empresa, exigindo e pondo em prática a auto-gestão.

Esta primeira ofensiva da jovem classe operária portuguesa foi marcada por importantes vitórias. O patronato

durante todo o período revolucionário. Para organizar a luta pela habitação eram criadas comissões de moradores, os primeiros órgãos de poder proletário, que desafiavam as estruturas de um Estado burguês repentinamente suspenso no ar.

A primeira semana marcou igualmente o início da maior onda grevista na história do país. Toda a raiva acumulada contra o regime fascista explodia contra os apoiantes do velho regime em cada local de trabalho. Exigia-se o seu saneamento. Exigia-se a criação de um salário mínimo nacional que respondesse à inflação, a jornada de trabalho de 8 ho-

não sabia reagir sem o poder de repressão a que se tinha habituado. O I Governo Provisório caiu em menos de dois meses, incapaz de controlar a situação e derrotado no seu projecto presidencialista e neocolonial, que visava consolidar o poder do general Spínola. A vida do II Governo não seria mais fácil.

O proletariado não avançou apenas em mobilização, mas também em organização e consciencialização. Organismos de poder operário nasciam como cogumelos no Outono. Comissões de moradores nos bairros, comissões de trabalhadores nas empresas, sindicatos e comissões

sindicais para os trabalhadores das cidades e do campo. Os principais partidos operários, o Partido Socialista (PS) e o Partido Comunista Português (PCP), transformaram-se em organizações de massas. Entre 25 de Abril de 1974 e 25 de Novembro de 1975 estes partidos passaram, respectivamente, de algumas centenas ou milhares de membros a cerca de 60.000 e 100.000, respectivamente — um crescimento médio de 2.000 membros por semana! A classe operária estava nos sindicatos, nos partidos, nos comícios e assembleias, lia, discutia, questionava; caminhava — ou corria — para um enfrentamento decisivo com o capitalismo.

### O chicote da contra-revolução

Quando a burguesia percebeu que convidar as direcções dos partidos operários para o governo não bastava para estancar o movimento — apesar dos esforços destas direcções para o estancar! —, tentou outra abordagem. Começou uma



Juventude em protesto, 25 de Abril 1974. Fonte: Estúdio Horácio Novais

rios e motoristas recusaram transportar os manifestantes pró-Spínola. Os partidos de esquerda e a Intersindical convocaram os trabalhadores para as ruas tão-somente na véspera, e ainda assim estes começaram imediatamente a erguer barricadas. Na madrugada de 28 de Setembro, cem mil trabalhadores saíram às ruas no

a acelerar o passo, é apresentado o plano Melo Antunes, um plano trienal apoiado por PS e PCP, que mais não era que uma tímida imitação dos programas social-democratas do pós-Guerra em França ou Itália. Ao mesmo tempo que os trabalhadores eram chamados pelo PCP a realizar um domingo de trabalho para a nação, a

nacional, jornada de 8 horas diárias, fim-de-semana, direito ao divórcio, etc. — que os patrões se recusavam a aceitar. As ocupações de casas e terras intensificaram-se. Nas empresas, os trabalhadores responderam com a auto-gestão e exigindo nacionalizações, com especial destaque para a banca, centro nevrálgico do poder das sete famílias. No entanto, o movimento estava sem cabeça, a política de colaboração de classes dos dirigentes dos partidos operários impedia que se encontrasse uma solução global. Seria necessária uma nova chicotada da contra-revolução para que a revolução passasse a uma nova etapa.

A burguesia, cada vez mais desesperada, não foi capaz de esperar pelas eleições para a Assembleia Constituinte. Iludindo-se com uma viragem à direita na cúpula do MFA e baseando-se no apoio da alta finança, Spínola quis mobilizar o exército contra a confabulação de golpe de Estado que estaria a ser preparado pelo PCP sob ordens de Moscovo — a “Matança de Páscoa”, como lhe chamou o general —, e tentou novo golpe a 11 de Março de 1975. A brincadeira não durou mais que uns minutos! A resposta do movimento operário foi fulminante. Mobilizações de massas foram convocadas por todo o país e os golpistas tiveram que fugir para o Estado Espanhol. Os trabalhadores

campanha, encabeçada por Spínola, contra a “viragem à esquerda” da revolução. A burguesia tentava apelar à pequena-burguesia, à “maioria silenciosa”, para travar o avanço do proletariado. Convocou-se para 28 de Setembro uma manifestação “pacífica” de apoio a Spínola. O objectivo, no entanto, era provocar confrontações violentas, justificando a intervenção militar e a instauração do estado de sítio para reforçar o poder do general e da sua clique.

O falhanço foi total! Não só a pequena-burguesia não aderiu ao chamamento como o proletariado mostrou, de forma cristalina, qual era a real correlação de forças. Ferroviá-

Porto contra o golpe fascista. A resposta foi tão poderosa que arrastou consigo os soldados. Este passo em falso da burguesia valeu-lhe a queda do II Governo Provisório e a radicalização acelerada da revolução.

A demissão de Spínola e o afastamento dos oficiais mais velhos não significou, ainda assim, uma mudança estrutural na política do MFA, que, como movimento pluri-classista, recusava romper definitivamente com os spinolistas. O III Governo Provisório continuou incapaz de providenciar respostas ao avanço da crise económica, porque também ele recusava “pôr em causa as relações de produção dos países europeus ocidentais”<sup>3</sup>. Com a revolução

sabotagem económica da burguesia não se fazia esperar. Chamar os trabalhadores a pagar o custo da crise nada resolvia. A resposta viria, uma vez mais, do movimento operário.

Marx já havia explicado como “por vezes a revolução necessita o chicote da contra-revolução para avançar”. Em Dezembro começaram as primeiras ocupações de terras em resposta à sabotagem económica dos grandes latifundiários que planeavam matar a revolução à fome, já que as armas tinham falhado. Dava-se assim início a uma segunda onda de lutas para defender as conquistas de Maio-Julho de 1974 — liberdades democráticas, salário mínimo



Protesto dos trabalhadores da Lisnave pelo saneamento dos fascistas, 12 de Setembro 1974. Fonte: Diário de Notícias

da banca entraram em greve, ocuparam as instalações e exigiram a sua nacionalização. O mesmo sucedeu em dezenas de empresas, incluindo a CUF, os CTT e os transportes. Tendo noção que o sucesso do golpe lhes teria custado a vida, e empurrados por um movimento avassalador, os oficiais de esquerda sanearam a direita, prenderam os oficiais golpistas e, na famosa assembleia selvagem do MFA, modificaram a estrutura do Movimento elegendo o Conselho da Revolução, que iria “dirigir e levar a cabo o processo revolucionário em Portugal”. Nacionalizados a banca e os seguros, mais de 70% da economia ficava agora nas mãos do Estado e o MFA declarava que o objectivo da revolução era o socialismo!

### Uma classe sem direcção revolucionária

Após a derrota do 11 de Março o desalento da burguesia foi expresso no famoso editorial da revista Times intitulado “O capitalismo está morto em Portugal”. Após duas tentativas de golpe militar falhadas, as eleições da Assembleia Constituinte vieram confirmar a hegemonia da esquerda. Todos os partidos que elegeram deputados diziam defender uma sociedade sem classes — até o CDS! Parecia de facto que o capitalismo vivia os seus últimos dias em Portugal.

É tempo de perguntar: como foi possível salvá-lo?

Quando a burguesia se viu órfã de ferramentas próprias para esmagar a revolução, não teve outra opção senão usar as ferramentas do proletariado. Encontraremos a nossa resposta na política dos dirigentes das principais organizações operárias: PS e PCP. Da chamada extrema-esquerda diremos apenas uma coisa: a sua cegueira sectária em relação aos partidos de massas valeu-lhe o isolamento e a impotência.

O proletariado revolucionário não existia no vazio, os trabalhadores que ocupavam bairros inteiros, estendiam o controlo operário a centenas de empresas e liquidavam o latifúndio eram os mesmos que entravam em massa nas fileiras do PS e do PCP, os mesmos que deram a vitória ao PS — o partido do “socialismo em liberdade” — na Assembleia Constituinte, os mesmos que confiavam a liderança dos seus sindicatos e Comissões a estes partidos. A extrema-esquerda, sem uma política de frente unida com estes trabalhadores, não conseguiu conquistar mais do que a simpatia de uma franja da classe trabalhadora.

Desde o início do processo revolucionário que os dirigentes do PS e do PCP tinham uma política de aliança com a burguesia, plasmada no seu apoio e participação no I Governo Provisório dominado por spinolistas, para levar a cabo a

“revolução democrática e nacional”. O socialismo era para um futuro distante, e quem o reclamava para o presente era acusado de “saltar etapas”.

Em todos os momentos decisivos, a prioridade destas direcções não foi armar o proletariado com o programa da revolução socialista, mas sim o de manter, a todo o custo, a sua aliança pluri-classista. O melhor representante desta aliança era o próprio MFA, que tendo uma base popular, era dominado por oficiais burgueses e pequeno-burgueses. Para manter a sua aliança com o MFA, os partidos operários nunca defenderam a organização independente dos soldados, ligando-os organicamente aos órgãos de poder operário, i.e. nunca defenderam uma verdadeira democratização do exército sob controlo da classe trabalhadora.

No verão de 1975, a burguesia apostou todas as suas fichas na direcção do PS, vencedor das eleições à Constituinte. Começa uma violenta campanha anti-comunista. O PCP, enquanto era acusado de querer instaurar uma ditadura comunista em Portugal e atacado à bomba no Norte do país com a conivência do PS, apelava à reconstrução da aliança governamental e à “unidade do MFA”. Afinal, não tinha o MFA dito que queria construir o socialismo? Mas que socialismo era esse? Era o socialismo construído através da demo-

cracia dos soviets, i.e., das comissões de moradores, trabalhadores e soldados? Não. Era um socialismo dirigido pela cúpula militar do Conselho da Revolução do MFA. O apoio do PCP ao bonapartismo-proletário do MFA, quando somado à sua conhecida ligação com as ditaduras estalinistas da Europa de Leste, dava oxigénio à propaganda do PS, e tinha um enorme impacto numa classe trabalhadora acabada de sair de uma ditadura de quase meio século. Como afirmaram Marx e Engels: “A emancipação do proletariado será obra do próprio proletariado ou não será”.

O proletariado, órfão de direcção revolucionária, estava incapaz de concentrar as suas forças e tomar o poder. A pequena-burguesia cansava-se, olhando com cada vez mais simpatia para o PS, que criticava o “anarco-populismo”. Quando, finalmente, o Grupo dos 9 iniciou as manobras do 25 de Novembro para “normalizar a democracia”, o PCP e a Intersindical preocuparam-se apenas em garantir a sua legalidade no regime que se seguiria, e desmobilizaram os trabalhadores.

Após esta traição histórica das direcções reformistas, a classe trabalhadora em Portugal viveu já mais de quatro décadas de “liberdade” em democracia burguesa, e nessas quatro décadas viu todas as conquistas da Revolução serem delapidadas, de tal forma que enfrenta problemas cada vez mais semelhantes aos que enfrentou durante o fascismo. Hoje, como em 1974, a revolução socialista é a única solução que temos para nos livrar da exploração e da opressão, e não se trata já de saber se uma crise revolucionária virá, mas apenas de saber quando virá. ✪

1. Sigla em inglês da Associação Europeia de Livre Comércio, formada pela Grã-Bretanha, Dinamarca, Suécia, Noruega, Suíça e Áustria.

2. Movimento das Forças Armadas.

3. Palavras de Melo Antunes, ministro sem pasta do MFA.



Bloco da ROSA, 8 de Março de 2018. Foto: Francisco Raposo/Socialismo Revolucionário

## 8 DE MARÇO: BALANÇO E PERSPECTIVAS

Carolina Eufémia & Sofia Costa

A exploração económica da sua classe, as mulheres trabalhadoras acumulam a opressão de género tanto na jornada de trabalho mal remunerada como na jornada não-remunerada, em casa. Em Portugal, segundo dados de 2015, as mulheres recebem, em média, cerca de 17% menos do que os homens pelo mesmo trabalho, e perdem diariamente, em média, 4 horas e 23 minutos com o trabalho doméstico, enquanto que os homens apenas 2 horas e 38 minutos.

A radicalização das mulheres trabalhadoras dá-se por todo o mundo com a emergência de um movimento que luta contra os ataques do sistema aos nossos direitos e condições de vida. A greve feminista de 8 de Março (8M) no Estado Espanhol, com a mobilização de milhões nas ruas é a evidência disto. O movimento foi construído pela base por centenas de colectivos de mulheres, movimentos sociais e organizações de esquerda — e com a juventude a ter um papel preponderante através do Sindicato de Estudantes, que convocou a greve estudantil. A adesão dos estudantes foi massiva e conseguiu o apoio das principais centrais sindicais, que pela primeira vez convocaram uma greve feminista (apenas de 2 horas, no

entanto).

### A organização do 8M

A convocação da paralisação internacional no 8M é consequência directa do aprofundamento da austeridade e violência contra as mulheres, recorrendo a instrumentos de luta da classe trabalhadora: a manifestação e a greve.

Em Portugal, ocorreram manifestações com apelo à greve ao trabalho doméstico não-remunerado em Lisboa, Coimbra, Braga e Porto. Em Lisboa, marcharam cerca de 1.000 pessoas e foi organizado pela Assembleia Feminista de Lisboa (AFL), um colectivo que conta com a participação tanto de mulheres independentes como de mulheres militantes e organizadas, e que funciona através de assembleias.

Analisando o manifesto do 8M, redigido pela AFL, notamos que a sua maior fraqueza é não fazer qualquer crítica ao capitalismo. No nosso entender, sem criticar a exploração económica sobre a qual assenta a opressão machista não é possível organizar as mulheres trabalhadoras e os nossos companheiros de classe. A exploração económica é aquilo que une toda a classe trabalhadora na luta contra a classe burguesa.

Julgamos que esta fraqueza resulta da AFL não ter um programa, ou seja, objectivos específicos e um método para

os atingir, nem ter ainda uma estrutura de organização que permita a sua expansão para além do centro da cidade, para a periferia — onde se encontra a maioria das mulheres trabalhadoras.

Apesar destas limitações, foi possível encher as ruas com centenas de mulheres. Ficou evidente que é possível construir uma frente feminista, desde que haja um programa e estrutura capazes de absorver esta força social e organizá-la para conquistar vitórias.

### O abandono dos partidos de esquerda

O Bloco de Esquerda participou na marcha, mas, apesar de ser um pólo de atracção de jovens que procuram uma alternativa de esquerda, não apoiou a organização nem usou os seus meios (muito superiores aos da AFL) na mobilização. Revelou, mais uma vez, a sua apatia na actividade fora do parlamento.

Por outro lado, o Movimento Democrático de Mulheres (MDM), dirigido pelo PCP, realizou, no dia 10 de Março, a Manifestação Nacional de Mulheres com o apoio dos sindicatos da CGTP. O secretariado do MDM, pela voz de Regina Marques, declarou não existirem razões para fazer uma greve como a do Estado Espanhol porque só metade das mulheres são trabalhadoras, e estas devem fazer greve apenas por

razões laborais. Assim revelou o seu isolamento e passividade perante o movimento internacional, além da total desvalorização do trabalho doméstico.

### A necessidade da união de classe

Só a classe trabalhadora é capaz de pôr fim ao capitalismo. Por isso, o feminismo que defendemos é o feminismo de classe, que rejeita alianças inter-classistas e cujos objectivos e tarefas correspondem aos interesses de toda a classe.

Em Portugal, os únicos sindicatos presentes no 8M foram o Sindicato dos Trabalhadores de Call Centers e o Sindicato de Estudantes (SE) dando um pequeno passo para a união de classe. O SE organizou reuniões nos locais de ensino para a adesão à manifestação e levantou as reivindicações de educação sexual nas escolas, e de uma educação gratuita e sem opressões.

O movimento operário em Portugal, na sua maioria, ainda não reclama pra si o feminismo. Isto é um dos vários aspectos que explicam porque a CGTP se afastou da marcha e até mesmo da greve no Estado Espanhol.

### O papel da ROSA

A ROSA — sector de mulheres do SR, apoiou a organização do 8M, participou no protesto com uma faixa própria e levantou as bandeiras da igualdade salarial, do fim do assédio no trabalho e da socialização do trabalho doméstico. No final da marcha, lançou a Campanha pelo direito às creches no Concelho de Lisboa, levantando a reivindicação de uma rede de creches pública, gratuita e gerida democraticamente.

Para que o 8M de 2019 seja maior, deve ser organizado desde já. A ROSA contribuirá com toda a sua força para que esse dia seja um passo em frente na luta pelo socialismo — a única via para a emancipação da mulher —, envolvendo o maior número possível de organizações de trabalhadores.

ROSA

LIT

## A CONSTRUÇÃO DE UM PARTIDO DE TRABALHADORES NA NIGÉRIA

Ângela Sankara

A vitória de Muhammadu Buhari, em 2015, nas eleições presidenciais foi consequência de promessas de grandes melhorias nas condições de vida e de luta contra a corrupção na Nigéria. Todas essas promessas caíram por terra! Os trabalhadores e a juventude têm vindo a manifestar o seu descontentamento e a probabilidade de rebentarem grandes protestos contra a classe dominante é cada vez maior. As greves de professores e as greves gerais contra os aumentos dos preços da gasolina e querosene são um perfeito exemplo disto.

Além de protestar, os trabalhadores e a juventude têm procurado construir novas organizações, consequência da incapacidade das direcções de partidos de esquerda e sindicatos em apresentar uma alternativa anti-capitalista. O

Socialist Party of Nigeria (SNP) nasce para dar resposta a esta necessidade, como partido de trabalhadores. Foi fundado pelos militantes do CIT na Nigéria, e os nossos camaradas organizam-se enquanto tendência no SNP, como *Democratic Socialist Movement (DSM)*.

Em Setembro de 2014, o SPN iniciou um processo judicial contra o *Independent National Electoral Commission (INEC)*, depois do pedido de registo ter sido negado em Junho, expondo o carácter antidemocrático do aparelho de Estado. Depois de três anos de luta, em Novembro de 2017, o Supremo Tribunal de Abuja ordenou ao INEC a finalização do registo do SPN. A posição do INEC demonstra a aversão que a classe burguesa tem à construção de um partido socialista que defenda os interesses dos trabalhadores e pobres. Entre as reivindicações do SPN, é de mencionar a reversão da privatização dos serviços públicos



Manifestação convocada pelo Partido Socialista da Nigéria, Setembro 2017. Foto: N/A

— principalmente da saúde, da educação e da electricidade — para que sejam controlados pelos trabalhadores e pelos consumidores.

Mesmo que o SPN não venha a ganhar lugares no parlamento já nas eleições do próximo ano, a campanha eleitoral servirá para a agitação e

mobilização, para mostrar à classe trabalhadora nigeriana que existe a possibilidade de organização de um partido da classe trabalhadora, ligando sempre o partido e o seu programa à construção de uma sociedade socialista. ✪

## A CANDIDATURA BOULOS/GUAJAJARA RESPOSTA ÀS FORÇAS REACIONÁRIAS E AO PT NO BRASIL

Fábio Ruiz

Entendemos a candidatura, pelo PSOL, de Guilherme Boulos à presidência da República, com Sônia Guajajara enquanto vice, como um passo muito importante na conjuntura actual, quando os mais profundos golpes das últimas décadas são desferidos sobre a classe trabalhadora. Esta candidatura é a tradução política de um desejo crescente

de unidade da esquerda que já unificou vários partidos e movimentos sociais combativos. Os candidatos ilustram isto perfeitamente, sendo ambos dirigentes de movimentos sociais expressivos. Boulos é dirigente do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e Guajajara membro coordenante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).

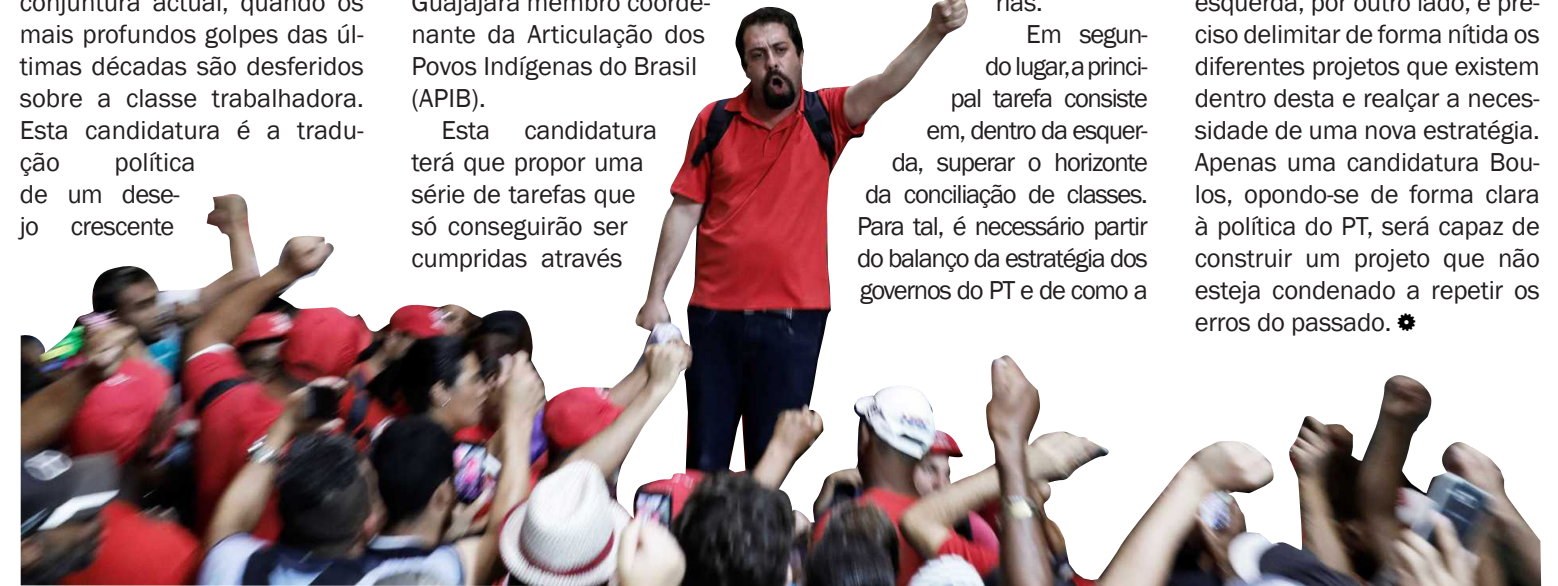
Esta candidatura terá que propor uma série de tarefas que só conseguirão ser cumpridas através

da unidade de ação de todas as forças políticas que se posicionem enquanto oposição socialista a Temer, primeiramente desafiando as alternativas burguesas e apresentando à classe trabalhadora um programa para travar e inverter as políticas reacionárias.

Em segundo lugar, a principal tarefa consiste em, dentro da esquerda, superar o horizonte da conciliação de classes. Para tal, é necessário partir do balanço da estratégia dos governos do PT e de como a

conciliação de classes e a dependência da via institucional desmobilizou e comprometeu o movimento operário e os movimentos sociais, resultando na falta de condições da classe trabalhadora para montar resistência às contrarreformas que o seguraram.

Se, por um lado, as medidas reacionárias de Temer e as propostas de Bolsonaro exigem unidade de ação das forças da esquerda, por outro lado, é preciso delimitar de forma nítida os diferentes projetos que existem dentro desta e realçar a necessidade de uma nova estratégia. Apenas uma candidatura Boulos, opondo-se de forma clara à política do PT, será capaz de construir um projeto que não esteja condenado a repetir os erros do passado. ✪



Guilherme Boulos intervém durante a ocupação de uma Secretaria em São Paulo pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, 6 de Dezembro 2017. Fonte: Leonardo Martins/UOL

# O SINDICATO DE ESTUDANTES LUTA POR UMA REDE GRATUITA, PÚBLICA E DEMOCRÁTICA DE CRECHES!



**N**a sociedade profundamente machista em que vivemos, grande parte do trabalho doméstico recai sobre a mulher, com o cuidado das crianças a ser geralmente realizado pelas mães. Com a destruição do Estado Social e com os nossos impostos a serem canalizados para o resgate de bancos e dos lucros dos grandes capitalistas, há cada vez menos investimento em serviços como cantinas e lavandarias públicas, lares, creches, etc. O que isto significa é que a situação de escravidão da mulher em casa é agravada.

Isto é um grande obstáculo no acesso à educação. Para conquistar um acesso verdadeiramente universal à educação — um dos objectivos do Sindicato de Estudantes (SE) — é preciso libertar as mulheres de tudo o que as impede de estudar, ou seja, do trabalho doméstico e do cuidado das crianças.

É por isso que o SE subscrive a campanha pelo direito às creches, lançada pela ROSA (Resistência contra a Opresão, o Sexismo e Austeridade - sector de mulheres do Socialismo Revolucionário). Os membros do SE participam nas

actividades da campanha, lutando lado-a-lado com as mães trabalhadoras e o resto da classe trabalhadora!

Defendemos que os espaços de ensino superior devem ter assegurados serviços de cuidado de crianças, creches e jardins de infância, garantindo também esse direitos aos trabalhadores da educação — as pessoas que fazem funcionar todo o sistema de ensino. Defendemos que a rede de creches deve ser gratuita, pública e democrática, tal como que-

remos que seja todo o sistema de ensino. Com isto, estamos a dizer que deve ser financiada pelo Estado e que deve ser gerida pelos trabalhadores, associações de pais, encarregados de educação e famílias das crianças. Só assim podemos garantir que as creches estarão de facto ao serviço das crianças e não de quaisquer interesses privados.

Tu, estudante que queres viver numa sociedade justa:

## JUNTA-TE À LUTA PELO ACESSO UNIVERSAL À EDUCAÇÃO!

## JUNTA-TE À LUTA PELA EMANCIPAÇÃO DA MULHER!

## JUNTA-TE AO SINDICATO DE ESTUDANTES!



Bloco do Sindicato de Estudantes na manifestação do 8 de Março, 2018. Foto: Sofia Yala/Socialismo Revolucionário